



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - FATECS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO
PROFESSORA ORIENTADORA: MÔNICA PRADO
ÁREA: PRODUTO – COLETÂNEA DE ENTREVISTAS

Manoela Teixeira Frade Almeida

RA: 9709601

Carlos Eduardo Peixoto Guimarães

RA: 20654634

A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA ENTRE 2003 E 2012
UMA COLETÂNEA DE ENTREVISTAS COM OS QUATRO MINISTROS DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DOS GOVERNOS DO PT

Brasília

2012

Manoela Teixeira Frade Almeida
Carlos Eduardo Peixoto Guimarães

**A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA ENTRE 2003 E 2012
UMA COLETÂNEA DE ENTREVISTAS COM OS QUATRO MINISTROS DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DOS GOVERNOS DO PT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mônica Prado.

Brasília, novembro de 2012.

Manoela Teixeira Frade Almeida
Carlos Eduardo Peixoto Guimarães

**A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA ENTRE 2003 E 2012
UMA COLETÂNEA DE ENTREVISTAS COM OS QUATRO MINISTROS DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DOS GOVERNOS DO PT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mônica Prado.

Brasília, novembro de 2012

Banca Examinadora

Professora Mônica Prado
Orientadora

Professor Luiz Cláudio Ferreira
Examinador

Professor Sérgio Euclides
Examinador

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, Miriam e Victor Frade, pelo amor incondicional e incentivo na busca pelo conhecimento e realização pessoal.

Ao meu marido, Carlos Mário Guedes de Guedes, por acreditar que um mundo melhor é possível e que somos autores desta mudança.

À minha amiga Rossiana Carla Santana que há tantos anos me acompanha nas dificuldades e alegrias da vida. Obrigada pela paciência, amor e parceria.

Ao meu amigo e colega de curso, Carlos Eduardo Guimarães, pela amizade, interesse e companheirismo nesses anos de faculdade e neste trabalho de conclusão de curso.

À minha orientadora, Mônica Prado que me ajudou a concretizar a esquizofrenia de uma ideia.

Ao meu professor Sérgio Euclides, pelos desafios impostos no fazer pensar e refletir sobre os caminhos da nossa profissão. Obrigada pelo embate.

Ao meu professor Luiz Cláudio, pelo amor ao jornalismo, simpatia e alegria no ato de lecionar. Obrigada pelo brilho nos olhos.

A todos e todas que contribuíram para minha experiência jornalística, principalmente, ao meu falecido e querido amigo Chico Daniel. Saudades das intermináveis risadas.

Manoela Frade

Dedico esta monografia aos meus pais, meus melhores amigos e razão pela qual existo.

À minha eterna amiga Manoela Frade, companheira de movimento estudantil, amiga de inúmeros embates ideológicos, razão de ser desta monografia.

A todos os professores do curso de Jornalismo pela paciência, respeito e dedicação na realização de nossos sonhos.

A todos os funcionários do bloco 12, que sempre foram solícitos, profissionais e companheiros durante o curso.

Aos coordenadores Henrique, Bruno e Deia, por todas as conversas e conselhos, amigos para toda a vida.

Aos companheiros do Diretório Central dos Estudantes, o qual fui presidente durante o curso de jornalismo, pelos sonhos de construir um mundo melhor, pelo companheirismo, lutas e conquistas.

Aos amigos da saudosa rádio Sonora, pela liberdade de expressão.

Ao reitor Getúlio Américo Lopes, pelos ensinamentos, confiança, amizade e respeito.

Sobretudo, agradeço a Deus, Senhor de todas as coisas.

Carlos Eduardo

O que me preocupa não é o grito dos
maus.
É o silêncio dos bons.
Martin Luther King

RESUMO

A coletânea de entrevistas sobre a visão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2012, sobre a implementação da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil é um projeto experimental na modalidade Produto de Comunicação referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo. O produto é uma coletânea de quatro entrevistas pingue-pongue em texto com os ministros do Desenvolvimento Agrário da gestão do Partido dos Trabalhadores. O objetivo é apresentar uma análise reflexiva sob a ótica do governo federal sobre o processo de implementação da Reforma Agrária no País. Uma das finalidades deste produto é contribuir para o conhecimento e, de alguma forma, trazer à luz as intenções e possíveis dificuldades e acertos dos quatro ministros à frente da pasta. A ideia foi produzir entrevistas jornalísticas pingue-pongue que pudessem ser veiculadas em portais de internet como uma série especial. O trabalho foi desenvolvido ao longo de quase três meses entre as entrevistas com os ministros - Miguel Rossetto, Guilherme Cassel, Afonso Florence e Pepe Vargas – e a pesquisa para contextualização teórica.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Brasil. Século XXI. Coletânea de entrevistas. Ministros do Desenvolvimento Agrário. Partido dos Trabalhadores.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 JUSTIFICATIVA.....	8
1.2 PROBLEMA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	11
1.3.1 Objetivos Gerais	11
1.3.2 Objetivos Específicos	11
2 METODOLOGIA	12
3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 A ENTREVISTA.....	13
3.2 A REFORMA AGRÁRIA.....	15
3.2.1 A origem da concentração fundiária no Brasil	15
3.2.2 A formação do público da Reforma Agrária	17
3.2.3 As Reformas de Base	19
3.2.4 A Reforma Agrária no governo militar	20
3.2.5 De Sarney à Dilma	22
4 PRODUÇÃO DAS ENTREVISTAS	25
4.1 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	26
4.2 A EDIÇÃO.....	27
4.3 ANÁLISE DO MATERIAL.....	27
4.4 APLICABILIDADE DO PRODUTO.....	28
5 AGENDA FUTURA	29
6 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
7 PRODUTO	32

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Experimental, como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Jornalismo do UniCEUB, pretende apresentar uma coletânea de entrevistas com os quatro ministros do Desenvolvimento Agrário dos governos do PT sobre a Política Nacional de Reforma Agrária pensada e implementada no Brasil entre os anos de 2003 e 2012.

O trabalho se divide em um Memorial Descritivo, o qual apresenta o projeto, os objetivos gerais e específicos e traz uma breve análise do contexto histórico da Reforma Agrária no início do século XXI. Traz, ainda, uma coletânea de quatro entrevistas de atores do processo sob a ótica do governo federal no período de 2003 a 2012.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este Trabalho de Conclusão de Curso em forma de coletânea de entrevistas pretende ser um instrumento para contribuir com conhecimentos subjetivos e históricos sobre o processo de construção e implementação da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil no início do século XXI – 2003 a 2012 - sob a ótica do governo federal deste período. A importância deste tema diz respeito ao caráter social da Reforma Agrária e às implicações político-econômicas da distribuição de terras no Brasil e do desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

A coletânea de entrevistas procura apresentar opiniões sobre as expectativas, realizações e limitações para a implementação da Reforma no País e as motivações dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT) em torno do tema. Os quatro ministros do Desenvolvimento Agrário do governo do PT (Miguel Rossetto – 2003 a 2006; Guilherme Cassel – 2006 a 2010; Afonso Florence – 2011 a março de 2012 e Pepe Vargas – desde março de 2012) são personagens principais da reflexão e escolhas do governo federal sobre a Reforma Agrária no país.

O gaúcho Miguel Rossetto, 52 anos, é petista da corrente Democracia Socialista (DS) e foi o primeiro ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula,

entre 2003 e 2006. Formado em Ciências Sociais, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) no Rio Grande do Sul, iniciou sua carreira política no final dos anos de 1970, em São Leopoldo. Entre 1999 e 2003, foi vice-governador do Rio Grande do Sul durante a gestão de Olívio Dutra. Atualmente é o presidente da Petrobrás Biocombustível.

Guilherme Cassel, 56 anos, também é gaúcho e era secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário até 2006, quando sucedeu o então ministro Miguel Rossetto no cargo até janeiro de 2011. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com Especialização em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi chefe de gabinete de Rossetto como vice-governador do Rio Grande do Sul. Também é petista da corrente Democracia Socialista e, desde março de 2011, é Diretor de Crédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul).

O baiano Afonso Florence, 51 anos, também integra a corrente petista Democracia Socialista. Formado em História pela Universidade Federal da Bahia, foi secretário de Desenvolvimento Urbano da Bahia no primeiro mandato do governo Jacques Wagner e eleito deputado federal do estado em 2010. Assumiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário em janeiro de 2011, com a posse da presidente Dilma Rousseff, e permaneceu no cargo até março de 2012, quando voltou para a Câmara dos Deputados onde continua até 2014.

Médico homeopata, formado pela Universidade de Caxias do Sul, Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, 54 anos, é gaúcho e atual ministro do Desenvolvimento Agrário. Foi vereador entre 1989 e 1992, deputado estadual em 1995 e 1996 e prefeito de Caxias do Sul por duas vezes: eleito em 1996 e reeleito em 2000. Foi eleito deputado federal para o período de 2007 a 2012 com mais de 124 mil votos, sendo o mais votado do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado e reeleito deputado federal para o período de 2011 a 2014. Pepe Vargas também integra a corrente Democracia Socialista do PT.

Os quatro ministros, durante cada gestão, estiveram à frente da condução da Reforma Agrária no País, uma vez que o órgão responsável pela implementação desta política, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Portanto, foram testemunhas e protagonistas do programa de governo do PT para a Reforma Agrária.

A escolha de produzir uma coletânea de entrevistas diz respeito à natureza única deste tipo de apuração sobre fatos ou eventos. No livro *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* de 2001, Nilson Lage aponta a entrevista como “um procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo. É uma expansão das consultas às fontes, objetivando, a coleta de interpretações e reconstituição de fatos” (p. 73). Portanto, nossa escolha pelo formato de entrevistas diz respeito ao desejo de desvendar, especificamente, as motivações alegadas pelos governos federais do PT sobre a implementação da Reforma Agrária no País e as dificuldades e obstáculos, que por ventura, limitaram a implementação.

O nosso interesse pelo tema vem do calor das reações, dos diferentes ângulos de visão e do próprio elemento finito que é a terra. O ponto de partida é a própria controvérsia do tema. Além disso, durante o caminho profissional, entre 2008 e 2010, Manoela Frade assumiu a chefia da Comunicação Social do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A experiência proporcionou entrar em contato com a temática de forma mais profunda e, a partir dali, nunca mais se abstraiu das causas da agricultura familiar. No decorrer da experiência de campo, pôde observar algumas facetas deste tema tão complexo.

Carlos Eduardo, por sua vez, sempre questionou a própria intenção da implementação da Reforma Agrária como fator de desenvolvimento do País. E sempre debateu com Manoela Frade as motivações dos governos do PT sobre a política, uma vez que Manoela ainda hoje trabalha com a temática na Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste trabalho de conclusão de curso, pretendemos responder algumas perguntas e inquietudes sobre o contexto e implementação da Reforma Agrária no Brasil.

1.2 PROBLEMA

Com este TCC, pretendemos desvendar o que pensavam e quais eram as motivações e estratégias dos quatro ministros do Desenvolvimento Agrário para a implementação da Reforma Agrária no País de 2003 até hoje.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivos Gerais

Produzir uma coletânea de entrevistas sobre a construção e implementação da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Experimentar o processo de criação de uma coletânea de entrevistas.
- Aprimorar os conhecimentos jornalísticos a partir da produção de entrevistas.
- Estudar a construção da Política Nacional de Reforma Agrária sob a ótica dos governos federais do PT.

2 METODOLOGIA

É importante pontuar as dificuldades de traçar um panorama completo sobre o processo de implementação da política de Reforma Agrária ouvindo apenas um lado, o do governo federal. Mas, nossa ideia, desde o início deste trabalho experimental, foi esta: apresentar uma análise reflexiva na visão do governo federal sobre as estratégias para a implementação dessa política pública enquanto ela é executada.

Decidimos produzir entrevistas com os quatro ministros do Desenvolvimento Agrário dos governos do PT para apresentar uma breve análise sob a ótica de quem detinha o poder de decisão a respeito da implementação da Reforma Agrária no País.

Para isso, dividimos nosso trabalho em duas etapas: a pesquisa para contextualizar teoricamente nosso TCC e embasar as entrevistas e a produção das mesmas.

Partimos da ideia de aprofundar nossos conhecimentos históricos a respeito da Reforma Agrária e dos modelos e formatos de entrevistas que poderíamos utilizar, e, ao mesmo tempo, começar a contatar os ex-ministros para marcar os encontros.

O primeiro passo para a produção foi definir a ordem das entrevistas. Queríamos manter a ordem cronológica da gestão de cada ministro para facilitar nossa compreensão a respeito da evolução da política no tempo.

Assim, o primeiro a ser contatado foi o primeiro ministro do primeiro mandato do ex-presidente Lula, Miguel Rossetto. E sucessivamente, Guilherme Cassel, Afonso Florence e o atual ministro, Pepe Vargas.

Nossa vontade era entrevistá-los frente a frente e gravarmos tudo em áudio com a intenção de transcrever as falas para compor cada entrevista. E, desde o início, havia a pretensão de fazermos entrevistas pingue-pongue e, como projeto experimental, apresentar uma coletânea de entrevistas sobre o tema.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

3.1 A ENTREVISTA

Escolhemos utilizar a técnica da entrevista no nosso trabalho. No livro *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são – Volume I*, Nelson Traquina conta que esta técnica foi utilizada pela primeira vez pelo jornal americano *The New York Herald* “numa reportagem sobre um crime que teve lugar num bordel, com uma entrevista com a proprietária do negócio” (2002, p. 58).

O autor aponta quando surge esta

invenção do jornalismo que ocorre no século XIX, hoje banal no jornalismo, a entrevista. Apesar da disputa histórica em torno da data da primeira entrevista, a utilização da entrevista apenas começou a ser uma prática corrente nos anos 1870 (TRAQUINA, 2002, p. 58).

O início da Guerra Civil norte-americana (1861-1865) foi um marco na imprensa tanto pelas inovações técnicas quanto nas condições de trabalho. Repórteres e fotógrafos receberam credenciais para cobrir a guerra, o que tornou o episódio mais acessível porque “os leitores tiveram acesso a notícias de batalha, do desempenho dos generais, das estratégias militares, da vida nos acampamentos e do comportamento das tropas” (TRAQUINA, 2002, p. 58).

Traquina aponta que os jornalistas começaram a utilizar novas técnicas no seu trabalho, como a descrição das testemunhas e dos cenários. “Os repórteres recorreram cada vez mais à técnica de entrevistar pessoas na obtenção dos fatos” (2002, p. 58). “Depois da Guerra Civil norte-americana, a utilização da entrevista tornou-se vulgar” (TRAQUINA, 2002, p. 59).

Para produzir a coletânea, no que diz respeito ao formato, escolhemos entrevistas pingue-pongue (perguntas e respostas), mas também temáticas e testemunhais. Sobre o segundo tipo de entrevista, a temática, Nilson Lage afirma que esta “aborda um tema, sobre o qual se supõe que o entrevistado tenha condições e autoridade para discorrer” (2001, p. 74). No caso de nosso trabalho, acreditamos que os quatro ministros do Desenvolvimento Agrário são as fontes mais qualificadas para discorrer e interpretar os acontecimentos em torno da Reforma Agrária sob a ótica do governo federal deste período determinado. O autor continua

dizendo que a entrevista temática “geralmente consiste na exposição de versões e interpretações de acontecimento. E pode servir para ajudar na compreensão de um problema, expor um ponto de vista, (...), com o argumento de autoridade” (LAGE, 2001, p. 74).

A entrevista testemunhal, por sua vez

trata do relato do entrevistado sobre algo que ele participou ou que assistiu. A reconstituição do evento é feita, aí, do ponto de vista particular do entrevistado, que usualmente, acrescenta suas próprias interpretações (LAGE, 2001, p. 75).

Um dos objetivos deste TCC é justamente, colher impressões e análises de quem participou ativamente da elaboração e execução da Reforma Agrária neste período.

Quanto às circunstâncias das entrevistas, nossa ideia era produzir uma entrevista ‘dialogal’, como denomina Nilson Lage, e ‘exclusiva’ com cada entrevistado. O autor diz que a entrevista dialogal “é a entrevista por excelência. Marcada com antecedência, reúne entrevistado e entrevistador em ambiente controlado” (LAGE, 2001, p. 77). A exclusiva é uma entrevista individual “quando o entrevistado a concede ao veículo, e não a qualquer outro” (LAGE, 2001, p. 77). “Embora toda entrevista individual seja exclusiva, valoriza o esforço de reportagem e o conteúdo inédito das declarações obtidas” (LAGE, 2001, p. 78).

Sobre os ministros, os problemas poderiam ser, além de não encontrá-los pessoalmente, não fazê-los conversar sobre as possíveis falhas, erros e faltas de sua gestão. Em compensação, os ministros eram as únicas pessoas com autoridade comprovada para expor o tema sob a ótica do governo federal: metas, estratégias, dificuldades, anseios, linhas gerais e específicas.

Com todos os ministros, conseguimos entrevistas exclusivas. Mas, entrevistamos o ex-ministro Guilherme Cassel por telefone. Tanto Nilson Lage, no livro *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* de 2001, quanto as autoras do livro *Técnicas de reportagem e entrevista em Jornalismo – Roteiro para uma boa apuração* de 2009, Cleide Floresta e Ligia Braslauskas, concordam que a entrevista realizada pessoalmente ainda é a maneira ideal para ter melhor resultado. No entanto, o telefone, por exemplo, é um meio muito útil para apuração das informações e, em muitos casos, gera material suficiente para uma boa entrevista.

Sobre conversas mediadas, Nilson Lage diz que “desde que se inventou o telefone, admitiu-se a possibilidade de realizar entrevistas à distância – e logo se constatou que o resultado não era o mesmo” (LAGE, 2001, p. 78). Lage considera o meio útil, mas diz que este “suprime algumas condições facilitadoras da entrevista, tais como ambiente controlado e a presença do outro” (2001, p. 78). Para Nilson Lage, nas conversas mediadas, “a espontaneidade é menor do que nos encontros face a face” (LAGE, 2001, p. 79). Principalmente, aponta, porque

o resultado do encontro entre duas pessoas depende bastante da avaliação que uma faz da maneira como a outra está recebendo suas mensagens. A proximidade física permite uma aferição da resposta – um *feedback* – rápida, visual e auditiva (LAGE, 2001, p.79).

Floresta e Braslauskas reforçam que a conversa feita pessoalmente é sempre a melhor opção – “mas o tempo do repórter e a disponibilidade do entrevistado serão determinantes” (2009, p. 73). No caso do nosso TCC, o ex-ministro Guilherme Cassel hoje mora em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e só foi possível entrevistá-lo por telefone. Apontam as autoras: “A conversa por telefone é funcional e resolve muitas emergências nas redações, como quando o entrevistado está longe e é impossível ir a seu encontro” (FLORESTA; BRASLAUSKAS, 2009, p. 73 e 74). Mas, para as autoras, “se o entrevistado for do tipo que se abre facilmente, é possível que o repórter consiga o material necessário até para um pingue-pongue em uma entrevista por telefone” (IDEM). Inclusive, porque ambas acreditam que “um repórter bem preparado tem mais condições de conseguir uma boa entrevista, mesmo que não seja especialista no assunto” (FLORESTA; BRASLAUSKAS, 2009, p. 74).

3.2 A REFORMA AGRÁRIA

3.2.1 A origem da concentração fundiária no Brasil

A Reforma Agrária é entendida como a reorganização da estrutura fundiária a partir de um conceito de distribuição mais equitativa das terras de um país ou região. José Gomes da Silva, em referência sobre o tema no Brasil, resumiu

minuciosamente esse debate no primeiro capítulo de seu livro *A Reforma Agrária no Brasil* (GOMES DA SILVA, 1971). No texto, o autor considerou a Reforma Agrária como um processo amplo e imediato de redistribuição da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade. E isso, significa,

que o número de beneficiários do processo deve ser compatível com o universo dos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, e deve realizar-se num período, relativamente curto, de tal sorte que a atual geração seja alcançada (SPAROVEK, 2003, p. 8).

No Brasil, a origem da concentração fundiária e, conseqüentemente, a origem da demanda por Reforma Agrária, é tão antiga quanto a própria história de ocupação e formação do território brasileiro.

A economia brasileira foi caracterizada desde o Descobrimento (1500) até a independência (1822), como essencialmente agrícola, monocultora, com base de mão de obra escrava, voltada para o exterior, e com domínio das grandes propriedades de terra (SPAROVEK, 2003, p. 10). Esses três séculos de controle da terra por uma pequena parcela de proprietários foi determinante na definição da estrutura agrária do Brasil até hoje.

Em 1536, a Coroa Portuguesa escolheu dividir o território da Colônia em grandes faixas de terra e doá-las à exploração hereditária. A expectativa de Portugal era defender o território e, a partir do investimento particular dos donatários, desenvolvê-lo economicamente.

Quinze Capitanias Hereditárias foram criadas e entregues a doze membros da pequena nobreza portuguesa, de cargos militares ou de ligação direta à Coroa. Assim, a organização do território brasileiro se fez, desde o início, pela apropriação particular do espaço.

O regime de Sesmarias foi a solução encontrada por Portugal para aumentar a produção de alimentos na Colônia. Os donatários das Capitanias tinham o poder de distribuir terras (sesmarias) sob a condição do uso econômico do lote. Em Portugal, esse sistema foi usado durante o século XIV para aplacar a crise agrícola e econômica vivida pelo país e pela Europa. Mas, no Brasil, foi alterado, fundamentalmente, no que diz respeito ao tempo de direito à posse, que aqui tornou-se perpétuo e não mais vitalício. Ou seja, a posse da terra permaneceria eternamente naquela família.

O modelo agrícola adotado pela Coroa Portuguesa no Brasil Colônia, *Plantation*, foi muito utilizado na colonização da América. No livro *A Questão Agrária no Brasil – O debate de esquerda: 1960 – 1980*, organizado por João Pedro Stedile, ele aponta as características deste sistema. “É uma forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação” (STEDILE, 2005, p. 23). Os colonizadores exploravam as novas e enormes faixas de terra com mão de obra escrava para abastecer o mercado do continente europeu, principalmente nos ciclos da exportação do açúcar e do café.

Em relação à propriedade da terra, completa Stedile,

para implantar o modelo agroexportador e estimular capitalistas a investirem capital na produção de mercadorias necessárias à exportação, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra (STEDILE, 2005, p. 23).

A Coroa estabelece a concessão de uso com direito à herança. O critério fundamental para a seleção era a “disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na Colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu” (STEDILE, 2005, p. 24).

3.2.2 A formação do público da Reforma Agrária

A concessão de uso era um direito hereditário, por isso, os herdeiros poderiam continuar a exploração da posse, mas não poderiam vendê-la nem comprar terras vizinhas. “Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias” (STEDILE, 2005, p. 24).

Com a pressão inglesa para substituir a mão de obra escrava por trabalho assalariado e, “para impedir que, com a futura abolição, que, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, a Coroa Portuguesa promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país” (IDEM).

A Lei nº 601 de 1850 extingue definitivamente as Sesmarias e estabelece o marco jurídico da formação da propriedade privada no país. Destaca Stedile que

a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir

de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (STEDILE, 2005, p. 24).

A Lei de Terras favoreceu a consolidação da grande propriedade rural voltada à exportação, permitindo que as terras fossem adquiridas somente por meio da compra por preços elevados (SPAROVEK, 2003, p.10)

A decisão, porém, apesar de estabelecer que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras, mantém grandes áreas nas mãos de poucos. João Pedro Stedile explica,

(qualquer cidadão) poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa (STEDILE, 2005, p. 25).

Com isso, a Coroa praticamente impedia

que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para 'comprar', pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam a mercê dos fazendeiros, como assalariados (STEDILE, 2005, p. 25).

Essa situação, segundo Stedile, foi determinante para a concentração fundiária no Brasil.

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005, p. 25).

O período da República Velha (1889-1930) foi dominado pela oligarquia cafeeira com a mão de obra do setor agrícola passando a ser desempenhada, principalmente, pelos imigrantes europeus e japoneses. Neste período, houve aumento do número de propriedades e proprietários, mas sem alterações profundas na estrutura fundiária (SPAROVEK, 2003, p. 11).

Com a abolição do trabalho escravo em 1888 e a crise do modelo agroexportador com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, que interrompeu o comércio entre as Américas e a Europa, a saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi atrair camponeses europeus pobres, principalmente da Itália, Alemanha e Espanha, com promessas de terra fértil e barata. A Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 a 1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa (STEDILE, 2005, p. 27).

A oligarquia cafeeira é derrubada com a Revolução de 1930, que entre outras mudanças, promoveu o processo de industrialização e introduziu a legislação trabalhista sem, porém, intervir na estrutura agrária brasileira (SPAROVEK, 2003,

p.11). Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria (STEDILE, 2005, p. 30). As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. O que ocorre é uma aliança entre essa oligarquia e a burguesia industrial agora no poder.

Surge então uma burguesia agrária de grandes proprietários que procuram modernizar sua produção e acertar o mercado interno. Este modelo reservou aos camponeses ou agricultores familiares fornecer mão de obra para a nascente indústria da cidade, o que estimulou o êxodo rural de jovens; filhos de agricultores saíram do campo para procurar emprego na cidade (STEDILE, 2005, p. 31).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil continuou o processo de industrialização e urbanização com demanda crescente por alimentos e matérias-primas agrícolas para o setor industrial (carvão, celulose, lenha).

Em 1946 foi elaborada a Nova Constituição. Nesse período, a questão agrária, começa a ganhar importância, mas nenhum projeto sobre Reforma Agrária foi aprovado.

3.2.3 As Reformas de Base

A demanda por Reforma Agrária no Brasil cresce e se fortalece no final da década de 1950 e início da de 1960, quando se discutia no País as reformas política, educacional, tributária e agrária, principalmente. E aumenta no País a participação popular na reivindicação por mudanças estruturais. O fim do latifúndio e a melhoria da vida no campo eram a pauta do movimento que pedia a democratização das terras.

Para inaugurar a Sessão Legislativa de 1964, o presidente João Goulart remete ao Congresso Nacional uma Mensagem ao Poder Legislativo na qual apresenta a situação do País e solicita providências que julgava necessárias ao desenvolvimento, à preservação da tranquilidade e segurança do povo brasileiro e à definitiva erradicação dos obstáculos institucionais e estruturais que impediam a aceleração e a consolidação do progresso do Brasil.

Na Carta, João Goulart conclama

a todos os brasileiros lúcidos e progressistas, para que, cada vez mais unidos e determinados, nos coloquemos à altura do privilégio, que a história nos reservou, de realizar a nobre tarefa da transformação.

O presidente propõe reformas estruturantes, chamadas Reformas de Base. A proposta previa manter a política de desenvolvimento do Brasil com captação de investimentos externos para implementar essas Reformas de Base, medidas de caráter social e econômico de maior intervenção do Estado na economia.

A Reforma Agrária entra na mensagem como uma aposta do presidente para corrigir “um descompasso histórico”. João Goulart escreve:

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros é, sem dúvida, a Reforma Agrária.

O presidente apontava que o Brasil daquela época não admitia prolongar mais o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições sub-humanas de existência.

João Goulart acreditava:

que essas milhões de pessoas que guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação — como principal contingente que são da força nacional de trabalho — que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida e perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos.

As ideias reformistas do presidente foram o pivô para o golpe de 1964, que instituiu no Brasil o regime militar.

3.2.4 A Reforma Agrária no governo militar

Devido ao intenso debate sobre o tema e ao comprometimento de outros países da América Latina com a realização da Reforma Agrária, o novo governo a inclui como uma das prioridades (SPAROVEK, 2003, p.11).

Em novembro de 1964, foi aprovada a Emenda Constitucional que permitia à União promover desapropriação de terras por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. Então o governo

publica a Lei 4.504 que dispunha sobre o Estatuto da Terra. O documento regulava os direitos e obrigações aos bens imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

O inciso 1 (um) do Artigo 1º do texto aponta:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Sobre a Política Agrícola discorre como:

o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Ao mesmo tempo, o governo cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). O Brasil passou, com isso, a dispor de aparato jurídico e institucional que permitiria iniciar um programa nacional de Reforma Agrária. Em 1970, Ibra e Inda são extintos e é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O governo militar escolheu um formato de colonização para assentar pessoas. Principalmente na Amazônia, onde incentivou a colonização do território atraindo milhares de agricultores nordestinos por meio do Programa de Integração Nacional (PIN). Como o lema era “Integrar para não entregar”, o governo militar determinou que os cem quilômetros de cada lado das estradas a serem construídas deveriam ser utilizadas para a colonização da Amazônia por cerca de 500 mil pessoas. A meta era assentar 100 mil famílias.

A ênfase da ação fundiária desse governo passou a ser a titulação de terras. Um balanço da ação dos governos militares (1964 a 1984), feito pelo Incra, apontou que o número de famílias assentadas em programas de colonização, o que era a maioria das famílias, e Reforma Agrária foi de 115 mil em 13,5 milhões de hectares de terras e 185 imóveis (INCRA, 1995).

Mesmo assim, constatou-se que o Índice de Gini¹ da distribuição de terras no Brasil só crescia desde 1920, alcançando 0,857 em 1980, segundo o Censo Agropecuário daquele ano.

¹ Índice que varia de zero a um. O valor zero representa uma situação hipotética na qual todos possuem a mesma quantidade de terra, e o valor um, uma situação em que todas as terras estariam

Em sua pesquisa “Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil – Grandes Regiões e Unidades da Federação (de 1970 a 2008)”, os professores Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney (2010, p.16), apontam que na literatura as palavras desigualdade e concentração são comumente empregadas como se fossem sinônimas: “o que pode levar à interpretação errônea de que o crescimento de uma medida de desigualdade na distribuição da posse da terra, particularmente o índice de Gini, significa o aumento da área total ocupada pelos latifúndios”.

O começo da década de 1980 assiste ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formalmente constituído em 1984. Outro movimento de luta pela terra que até hoje tem sido fator constante de pressão sobre o poder público pela Reforma Agrária é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

3.2.5 De Sarney à Dilma

O ano de 1985 foi marcado pelo fim dos governos militares, quando tomou posse um presidente civil, o vice-presidente José Sarney, após a morte do presidente indiretamente eleito Tancredo Neves. Sarney cria o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), ao qual o Incra passou a ser vinculado. No mesmo ano, o governo aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No documento, o Incra prevê o assentamento de 1,4 milhão de famílias em cinco anos. Mas, como resultado, o número de beneficiários de projetos de Reforma Agrária ao final do governo Sarney, em 1990, não atingiu 10% da meta inicial, assentando uma média de 18 mil famílias por ano.

Em 1988, a Constituição Federal brasileira insere um capítulo no qual prevê regras para a Reforma Agrária. O Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária define como principal instrumento para realização da Reforma Agrária a desapropriação para fins de Reforma Agrária dos imóveis que não

cumpram a função social da propriedade. No artigo 186 há exposição dos critérios para esse cumprimento.

O governo de Fernando Collor (1990 a 1992) extingue o Mirad e traça como meta assentar 500 mil famílias, mas o programa foi paralisado e não houve nenhuma desapropriação para fins de Reforma Agrária nesse período (SPAROVEK, 2003, p.13).

Itamar Franco retoma a criação de projetos de Reforma Agrária na sua gestão (1992 a 1994). O governo promulga o rito sumário, Lei Complementar 76, pelo qual o governo retoma os processos de desapropriação e lança um Programa Emergencial para assentar 80 mil famílias. Nesse período, 23 mil famílias foram atendidas com a criação de 152 projetos de Reforma Agrária (INCRA, 2012).

Após o incidente chamado de Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, quando 19 trabalhadores sem terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar do Estado do Pará, o presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nos dois mandatos (1995 a 2002), Fernando Henrique Cardoso assentou mais de 540 mil famílias em 4,2 mil projetos de assentamento totalizando 18,6 milhões de hectares incorporados a Política Nacional de Reforma Agrária.

Em 2000, o presidente publica a Medida Provisória 2.027 (MP 2.027/2000), mais conhecida como medida “anti-invasões”, pela qual diz que qualquer imóvel ocupado por movimentos sociais só seria vistoriado para fins de Reforma Agrária nos dois anos seguintes à desocupação e que a entidade ou organização que de qualquer forma colaborasse com a ocupação da terra não receberia qualquer recurso público. A MP foi atualizada pela MP 2.183/2001, a qual acrescenta que qualquer pessoa que fosse identificada como participante direto ou indireto de ocupação deveria ser excluído do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República com forte expectativa dos movimentos sociais pela consolidação de uma política de Reforma Agrária efetiva e abrangente. A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores despertou esperanças de mudança social e política no Brasil. A eleição de Lula teve apoio de inúmeros movimentos, inclusive do MST, cujas expectativas influenciaram constantemente a ação do novo governo (ANDRIOLI, 2003).

Para tentar responder às expectativas, Lula lança o programa de governo Brasil para Todos, baseado em crescimento econômico aliado à geração de empregos e diminuição das desigualdades, inclusive fundiárias. Nos dois mandatos (2003 a 2010), Lula assentou 614 mil famílias em 3.544 assentamentos, incorporando 48,24 milhões de hectares à Política Nacional de Reforma Agrária.

A vitória de Dilma Rousseff em 2010 trouxe mais uma quebra no processo de implementação da Reforma Agrária no País. Em 2011, Dilma assentou 22 mil famílias em 109 assentamentos, incorporando 1,9 milhão de hectares (INCRA, 2012). O número é o mais baixo desde que o Incra iniciou a divulgação dos dados em 1994. O argumento é que a Reforma Agrária deve ser eficiente. E a criação de novos assentamentos está ligada à qualificação dos projetos existentes.

4 PRODUÇÃO DAS ENTREVISTAS

Começamos a contatar os ex-ministros logo no início do semestre, em agosto, para traçar um cronograma, ao mesmo tempo em que iniciamos a pesquisa sobre o perfil acadêmico e profissional dos entrevistados e sobre a Reforma Agrária no País.

Como Manoela Frade trabalha atualmente no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e foi assessora de imprensa de três dos quatro ministros (Guilherme Cassel, Afonso Florence e Pepe Vargas), o acesso às fontes foi mais fácil. Mesmo assim, só conseguimos entrevistar o primeiro ministro, Miguel Rossetto, no início de setembro.

Como havíamos definido o roteiro de perguntas antecipadamente, logo no primeiro contato, foi possível enviar as perguntas por email para que os ex-ministros se preparassem para a entrevista.

Cada entrevista durou, em média, 30 minutos. Para cada uma, utilizamos um roteiro único de cinco perguntas baseado nas questões que queríamos responder, como é possível conferir no item 4.1 deste trabalho. A ideia foi entender a visão daquela gestão sobre temas específicos do processo para compará-las posteriormente e traçar um perfil daquele tema naquele período determinado de tempo. As perguntas direcionavam a entrevista para uma análise reflexiva e subjetiva sobre o modelo de Reforma Agrária daquele momento: programa básico de Reforma Agrária da gestão; contexto e clima para a implementação da Reforma Agrária no País; Balanço e uma pergunta aberta às últimas considerações, como se confirma no roteiro a seguir.

O primeiro ministro, Miguel Rossetto, foi entrevistado no dia 3 de setembro. Atualmente, como presidente da Petrobrás Biocombustíveis, mora no Rio de Janeiro, mas nesta dia, recebeu Manoela Frade na sala de reuniões do gabinete do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), após reunião com a ministra Tereza Campello. A entrevista durou 25 minutos e 59 segundos.

A entrevista com Guilherme Cassel ocorreu no dia 13 de setembro. Não houve a possibilidade de entrevistá-lo ao vivo, uma vez que ele mora em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A entrevista foi feita por Manoela, com a presença de Carlos Eduardo, por telefone, no estúdio da Rádio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A gravação durou 22 minutos e cinco segundos.

Na sequência cronológica o próximo ministro a ser entrevistado seria Afonso Florence. Mas, esta foi a entrevista mais difícil de ser concretizada. Após sair do MDA, Florence reassumiu o mandato de Deputado Federal pela Bahia. Tentamos durante todo o mês de setembro encontrá-lo, mas era o mês anterior às eleições municipais, o que tornou impossível o encontro.

Mudamos a estratégia e decidimos insistir na entrevista com o atual ministro, Pepe Vargas. Por meio da assessoria de imprensa do ministro, conseguimos entrevistá-lo no dia 3 de outubro em seu gabinete no MDA. A conversa durou 28 minutos e 49 segundos.

Afonso Florence foi o último a ser entrevistado em seu gabinete na Câmara dos Deputados no dia 9 de outubro. A conversa durou 32 minutos e 16 segundos.

4.1 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Qual era o modelo para a Reforma Agrária naquele momento?

- O modelo de implantação do assentamento seguiria o que vinha sendo feito ou se pensou em mudá-lo (modelos sustentáveis, produtividade, acesso à infraestrutura)
- Havia clima para propor essas novidades?
- A atuação era única nacionalmente ou se pensava em recorte estadual, regional, territorial?

2. Qual era o programa básico de Reforma Agrária daquela gestão?

- Linhas básicas
- Destaques do programa
- Principais mudanças e inovações

3. Qual era o contexto e o clima daquele momento para implementação da Reforma Agrária no país?

- Ambiente social, político e econômico;
- O que limitava e o que potencializava a implementação;
- Co-relação de forças: movimentos sociais x Congresso x Judiciário x bancada ruralista.

4. Balanço. Do que foi pensado, o que ficou? Quais contribuições de sua gestão para o que se pensa para a Reforma Agrária hoje? O que considera inacabado?

5. A partir de tudo o que falamos o senhor pode fazer suas últimas considerações?

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio. Nas entrevistas face a face, utilizamos um gravador digital. A entrevista à distância foi feita em estúdio de rádio onde também foi possível gravá-la. Cleide Floresta e Ligia Braslauskas orientam a utilização do gravador nas entrevistas de perguntas e respostas. “O gravador também é imprescindível quando a ideia é fazer uma entrevista “pingue-pongue”, na qual são usadas frases inteiras do entrevistado” (FLORESTA E BRASLAUSKAS, 2009, p. 105). Como o produto do nosso TCC é uma coletânea de entrevistas pingue-pongue, o aparelho, sem dúvida, é insubstituível.

4.2 A EDIÇÃO

A etapa seguinte foi decupar² as sonoras: cada entrevista foi transformada em texto literal, com as devidas perguntas e tempos de resposta. Para transcrever todas as sonoras gastamos, ao todo, cerca de doze horas de trabalho.

4.3 ANÁLISE DO MATERIAL

Enquanto transcrevíamos as falas, foi possível destacar os temas importantes para compor a chamada de apresentação e a análise de cada entrevista e da própria coletânea. A partir da definição dos temas, criamos uma página especial para cada

² Transcrição literal de sonoras para posterior edição.

entrevistado, que nos enviou um breve currículo e uma foto recente. Conseguimos no banco de imagens do Ministério do Desenvolvimento Agrário uma foto de cada um enquanto eram ministros para compor o projeto gráfico do produto. As demais imagens também são do banco do Ministério.

4.4 APLICABILIDADE DO PRODUTO

Este produto foi pensado em formato de entrevista pingue-pongue para ser comercializável como um especial para portais da internet. Nossa intenção é veicular essa coletânea no site da Carta Maior, portal declaradamente apoiador dos pensamentos da esquerda.

Criamos páginas separadas para cada ministro, para que pudessem ser publicadas, separadamente, uma por dia, para compor um especial sobre Reforma Agrária.

O projeto gráfico foi pensado por Carlos Eduardo, no qual pôde utilizar seus conhecimentos adquiridos na graduação de Propaganda e Marketing.

5 AGENDA FUTURA

A partir da experiência de produzir a coletânea, nossa ideia é continuar a produção de entrevistas sobre a Reforma Agrária para compor um especial mais denso e diverso em opiniões. Apresentando a visão de movimentos sociais, atores sociais contrários à Reforma e a opinião de setores diferentes da sociedade sobre a importância desta política no desenvolvimento do País.

6 CONCLUSÃO

Escolhemos este tipo de Trabalho de Conclusão de Curso para viver a experiência da entrevista.

Procuramos manter a objetividade e acreditamos que com essa vivência, testamos nossas capacidades jornalísticas acumuladas durante os anos de graduação.

Uma das principais dificuldades foi manter o distanciamento durante cada entrevista, uma vez que como repórter, Manoela Frade ainda era assessora de imprensa do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A condição impediu que as entrevistas fossem mais contundentes com relação às críticas de outros setores da sociedade brasileira sobre a gestão de cada ministro.

Por outro lado, foi interessante resgatar a Reforma Agrária sob o ponto de vista histórico e perceber quão complexo e amplo o tema pode ser. Isso nos motivou a continuar a série de entrevistas e buscar dar voz aos demais atores do processo.

Concluimos que nosso objetivo inicial foi cumprido: apresentar uma análise sobre a Reforma Agrária no País na visão dos quatro ministros do Desenvolvimento Agrário dos governos do PT e pesquisar as causas históricas para a demanda desta política.

Utilizando nossos conhecimentos adquiridos sobre a realização de entrevistas, quisemos produzir esta coletânea de relatos para apresentar um recorte subjetivo da implementação da Reforma Agrária no Brasil. Esperamos, assim, ter conseguido mostrar a visão de um grupo que acredita e tentou, na prática, realizar a Reforma Agrária brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Mensagem de João Goulart ao Congresso Nacional da Abertura da sessão legislativa de 1964. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. 20. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2012.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Números da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 2012. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 5 de set. 2012.

LAGE, Nilson - **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PRADO, Magaly (org.); FLORESTA. Cleide; BRASLAUSKAS, Lígia. **Técnicas de Reportagem e Entrevista: roteiro para uma boa apuração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960 – 1980**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

7 PRODUTO



A Reforma Agrária Brasileira entre 2003 e 2012

Em 500 anos de história, o Brasil não dividiu a terra de forma justa. Sua estrutura fundiária é praticamente idêntica aos tempos de Colônia. Essa má distribuição do território tem raízes históricas e a luta pela Reforma Agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais e divide opiniões e interesses.

Menos de um quinto da população tira seu sustento do campo. São pequenos e grandes produtores, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, pecuaristas e os que ainda não têm terra. Montar um novo desenho fundiário que democratize o acesso à terra de forma socialmente justa e economicamente viável é um dos maiores desafios do País.

Para os defensores, a Reforma Agrária é fundamental para o desenvolvimento porque garante a distribuição da riqueza, a inclusão produtiva, a segurança alimentar e cria alternativas de emprego e renda para que os trabalhadores do campo não escolham engordar as favelas urbanas.

No Brasil, a Reforma chegou atrasada. Enquanto países da Ásia e Europa e também os Estados Unidos praticamente resolveram a questão agrária no pós segunda guerra, o Brasil ainda hoje discute modelos e o tema continua quente.

Com a democratização, o debate sobre a desconcentração da terra ganhou corpo, ganhou defensores, ganhou movimentos, ganhou organização. A pauta entrou na agenda do governo federal, seja pela percepção deste gargalo no campo, seja pelas tantas mortes causadas pela disputa da terra.

Em um pulo no tempo, a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, gerou uma enorme expectativa nos movimentos sociais do campo e nas organizações rurais para a realização da Reforma Agrária no País. Naquele momento, ansiava-se, principalmente, pela criação de assentamentos para as famílias sem terra.

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, havia 230 mil famílias acampadas, segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Hoje, após dez anos de PT, o número que o próprio movimento divulga é que ainda existam 100 mil acampados.

Na avaliação dessas organizações de trabalhadores rurais e de especialistas do tema, como os professores Ariovaldo Umbelino, professor titular de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP), e Bernardo Mançano, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o governo do PT não cumpriu a meta proposta para a Reforma Agrária. Mas, o governo afirma que assentou 614 mil famílias até hoje. A conta não fecha e o debate continua.

Às vésperas da eleição de Lula, a tensão no campo era visível. O MST chegou a admitir que, se fosse preciso, recorreria à luta armada para conter a pressão do latifúndio.

Nos três primeiros anos, o governo do PT priorizou assentar famílias acampadas para diminuir a instabilidade no campo e recolocar na agenda, a pauta da Reforma Agrária. O que se vê é a publicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, com promessas ousadas, um diálogo mais próximo entre governo e movimentos e o assentamento de 245 mil famílias até 2005. A época, o ministro da pasta, Miguel Rossetto, falava ter herdado um “sistema feudal” arraigado aos pensamentos con-

servadores da bancada ruralista, principal adversário do governo na implementação da Reforma Agrária. A ideia de destravar o processo não se firma e hoje, o ex-ministro fala que gostaria de ter feito mais. “Nós caminhamos a sessenta por hora e deveríamos ter caminhado de oitenta a cem”.

Seu sucessor, Guilherme Cassel, era secretário-executivo da pasta quando assumiu em abril de 2006. A continuidade é a marca durante toda gestão até 2010, mas a pauta dos movimentos se amplia para a qualificação dos assentamentos, o que é incorporado ao discurso do governo. À época, Cassel continuou defendendo o destrave do processo e chegou a prometer que o governo atualizaria os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras. Mas, Lula não conseguiu consenso com a bancada ruralista. Dois anos depois de deixar o ministério, Cassel avalia sua gestão, vinculada à de Miguel Rossetto, como positiva mas deixa claro que a Reforma Agrária precisa ser renovada e que o grande debate deve girar em torno do limite do tamanho da propriedade no País. “Esse é o tema da Reforma Agrária: qual é o modelo de desenvolvimento que a gente quer para o País. Para isso, a gente tem que democratizar o acesso à terra. E para democratizar o acesso à terra você tem que limitar a propriedade rural”.

Afonso Florence assume como ministro do governo Dilma. O foco das políticas para o campo se concentra no combate à pobreza. Mas, a Reforma Agrária entra atrasada no Plano Brasil Sem Miséria e o número de famílias assentadas no primeiro ano é o menor dos últimos dezessete anos. Considerado um ministro “apagado” por setores do governo e com relação fraca com movimentos sociais, Afonso Florence deixa o MDA após 14 meses sob forte crítica, inclusive da Imprensa. Na avaliação do ex-ministro, sua gestão serviu para preparar as bases do que hoje é concretizado por Pepe Vargas. “Estamos fazendo política concreta a partir da realidade concreta. Nós não estamos só anunciando uma nova ordem. Estamos fazendo a mudança real na correlação de forças, na estrutura fundiária e na dinâmica produtiva de assentadas e assentados”.

Pepe Vargas assume como nome da presidente Dilma. O momento é de revigorar a pauta da Reforma Agrária e inserir os assentados na mesma rota de crescimento da agricultura familiar brasileira. Na posse, Pepe afirma que sua gestão será focada no aprimoramento dos instrumentos de política agrícola e no incentivo à Reforma Agrária como forma de eliminar a pobreza extrema no meio rural. Após oito meses no cargo, Pepe contabiliza desapropriações de terra, consegue substituir o presidente do Incra, mas culpa a lentidão da Reforma Política pelas coisas que ainda não consegue fazer. “Nós vencemos três pleitos eleitorais e não houve uma revolução social nesses três pleitos graças ao sistema político eleitoral brasileiro. Há um descompasso entre a população que vota para presidente”.

Nesta coletânea especial sobre Reforma Agrária, os jornalistas Manoela Frade e Kaká Guimarães, entrevistaram os quatro ministros do Desenvolvimento Agrário do governo do PT. A pasta é a responsável pela execução da Reforma Agrária no País. Nas entrevistas, realizadas individualmente, os três ex-ministros, Miguel Rossetto (2003-2006), Guilherme Cassel (2006-2011) e Afonso Florence (2011-2012), voltam no tempo e apontam a visão do PT sobre o tema, as realizações de cada gestão e no que falharam para equacionar a questão agrária brasileira. O atual ministro, Pepe Vargas, apresenta os rumos da nova Reforma Agrária brasileira sob a perspectiva do governo federal e aponta que haverá a criação de novos assentamentos, mas o foco do governo Dilma é a qualificação dos que já existem.



Entrevista com Miguel Rossetto



A eleição do presidente Lula marca um novo momento para a Reforma Agrária. Metas ambiciosas prenunciam a efetivação da reforma no País. Mas, a expectativa dos movimentos de luta pela terra esbarra num cenário político conservador e um Judiciário moroso o que faz o projeto político do governo caminhar a passos mais lentos do que gostaria o primeiro ministro do Desenvolvimento Agrário do governo do PT. Nesta entrevista exclusiva, o ex-ministro Miguel Rosseto analisa o cenário que herdou do governo Fernando Henrique Cardoso e os principais entraves para a equacionar a questão agrária no País.

Miguel Rosseto

Qual era o modelo de implantação para a Reforma Agrária?

Se a ideia de um modelo é dizer que existiam regras que orientavam o acesso à terra e leis e normas que permitiam que o governo federal disponibilizasse terra para homens e mulheres sem terra, sim, havia um modelo.

Nós herdamos um marco normativo que indicava um padrão fortemente condicionado. Herdamos um modelo muito assentado na distribuição de terras federais no Norte do País. Uma Reforma Agrária praticamente abandonada em outras regiões e concentrada no Norte do e no Nordeste do país.

Qual era nossa visão? Era uma condição histórica, uma ideia generosa de nacionalizar a agenda da Reforma Agrária. O modelo central era aproveitar terras

improdutivas, assentar famílias sem terra e transformar estes assentamentos em territórios produtivos e com qualidade de vida.

Isso significa pensar uma Reforma Agrária que inicia no acesso à terra e se complementa no fornecimento de direitos ou de investimentos que garantam qualidade vida: casa, saúde, estudo, infraestrutura viária e energia elétrica; que essas famílias tivessem uma condição produtiva real. E, a partir dessa condição produtiva, produzissem a sua renda e entrassem num circuito de autofinanciamento, de sobrevivência, de qualificação de vida. Esse era o modelo básico.

Este modelo reconhecia diversas realidades de Reforma Agrária no Brasil. A Reforma Agrária tinha um sentido claro de assegurar acesso à terra, de desapropriação de terras improdutivas, de democratização das terras em posse do Estado aos agricultores sem terra, mas tinha um segundo elemento que era diferenciado regionalmente. Não era possível pensar

um único modelo. É possível pensar uma política de Reforma Agrária e vários modelos adequados às diversas realidades nacionais, do Norte ao Sul. Pensar modelos diferenciados era pensar possibilidades diferenciadas. No Norte, a política de extrativismo, as grandes áreas, uma relação com a floresta. No Sul, terras menores, mais mecanização, mais intensivo em tecnologia. No Nordeste, reconhecer os limites e características da região.

Para adequação desse modelo, pensamos instrumentos de políticas públicas diferenciados e conceitos de territórios de desenvolvimento; superar, a partir da experiência e do diálogo dos movimentos sociais, pequenas áreas isoladas que não criavam densidade econômica e social. Trabalhar com territórios de desenvolvimento agrário e concentrar nesses territórios os investimentos, as desapropriações, etc. Esses eram os desenhos, que iam compondo o mo-



delo que vai aparecer melhor lá no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas isto era um modelo, uma expectativa que nós tínhamos. Era uma ideia que a gente ia conformando a partir da nossa experiência, das demandas sociais e dos diálogos com os movimentos. Centralmente a ideia de garantir acesso à terra; nacionalizar esse acesso, ter uma visão clara de que um conceito de Reforma Agrária iniciava na distribuição da terra, mas tinha continuidade na capacidade produtiva, na produção de alimentos e de renda desses assentados e de qualidade de vida. Essa era uma ideia básica que nos orientava.

“Herdamos uma Reforma Agrária praticamente abandonada em outras regiões e concentrada no Norte e no Nordeste do país”.

Quais eram as Linhas Gerais desse modelo?

O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária teve muita simbologia porque o primeiro Plano foi interrompido pelo Fernando Henrique. O primeiro Plano tinha como símbolo a retomada da democracia no Brasil. Ele cria metas ambiciosas e audaciosas, recupera a agenda da Reforma Agrária pós ditadura, mas é interrompido.

O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária era uma ideia de relançamento da estratégia de Reforma Agrária no Brasil e o momento de buscar ou pactuar novos aliados sociais e políticos e dar um sentido contemporâneo à Reforma Agrária. A ideia era encontrar uma oportunidade de criar novos valores, um novo modelo adequado a um Brasil de início do século. E que esse modelo fosse capaz de responder às necessidades sociais de um país,



de uma esquerda política, de uma esquerda petista, que não consegue imaginar uma perspectiva de futuro social com base na concentração da propriedade e do conhecimento e na exclusão social.

Nós iniciamos a preparação do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária a partir dessa referência. Internamente, buscamos metas. As metas são sempre um problema para um governo, sempre são opções difíceis. Quanto se cria metas, é cobrado por elas. Se não responder 100%, não fez o que prometeu. Mas, ao mesmo tempo, quando não tem metas, há dificuldades de romper com vícios da estrutura administrativa.

Nós, e eu como ministro, liderei uma opção de ter um plano para criar um sentido estratégico que pudesse orientar o trabalho do MDA e do Incra. Para criar uma dinâmica forte para sustentar um conceito de um ter-

ritório de desenvolvimento social e agrário, que consolidasse esses valores e tivesse a capacidade de liderar um trabalho da estrutura do Estado brasileiro, dos bancos ao Incra, da Educação ao programa Luz para Todos, dos governos estaduais aos governos municipais. Portanto, um plano que tivesse visibilidade, conceitos claros, metas e que fosse exequível.

Quando o Poder Executivo faz um plano, ele se responsabiliza por aquilo. Nós tivemos divergências internas com vários segmentos do movimento agrário e agentes políticos no Brasil. Alguns enxergavam o plano como instrumento doutrinário, um instrumento de propaganda. E minha opinião era muito clara: para quem está no Executivo, num governo, um plano é um compromisso social. Portanto, ele não é uma promessa irrealizável, o que seria, na minha opinião, desrespeitoso com a base social. Os movimentos sociais podem ter todos os planos que quiserem com objetivos, elementos de propaganda, de educação e disputa política, de hegemonia social, ideológica. O Executivo tem menos liberdade. Porque um Executivo tem que executar. Quando ele diz para sua base social o que ele vai fazer, ele tem que fazer.

E foi isso que nós procuramos no plano: estabelecer metas adequadas. Mas, metas muito exigentes para o padrão histórico brasileiro e para um ambiente de limites orçamentários. Metas audaciosas para um governo que tinha várias prioridades e para a cultura média da sociedade brasileira. Metas audaciosas para a capacidade que nós tínhamos de romper com o cerco conservador e avançar frente à liberação de recursos, de mudanças normativas, agilidades operacionais do Incra, restrições dos tribunais judiciais estaduais. Operar esse ambiente com a estrutura estatal que a gente tinha exigia muita dedicação e metas ambiciosas. E foi o que o plano fez: metas muito ambiciosas para articular nosso movimento.

“As metas são sempre é um problema para um governo, sempre são opções difíceis. O Executivo tem menos liberdade. Porque um Executivo tem que executar. Quando ele diz para sua base social o que ele vai fazer, ele tem que fazer”.

Qual era o contexto e o clima daquele momento para implementação da Reforma Agrária no país?

Um marco importante é o ambiente criado com a vitória do Presidente Lula. A expectativa de recuperar uma agenda interrompida pela ditadura militar, pelos governos neoliberais e, ao mesmo tempo, uma agenda sustentada pelos movimentos sociais: MST, Contag, Fetraf, uma parcela da Igreja Católica, partidos de esquerda, o PT.

A Reforma Agrária era uma das grandes reformas presentes no imaginário político da esquerda brasileira. Uma grande expectativa, por conta dessa característica, com o governo do presidente Lula, e uma demanda social reprimida muito grande. Esse é um pano de fundo que vai organizar, orientar, estabelecer possibilidades e limites para um projeto de Reforma Agrária adequado às necessidades de um final de século. Nós estamos em 2003. Não estamos mais em 1960. Nós temos uma mudança na realidade do campo, nós temos um outro rural.



Mas, temos um Congresso conservador. As forças políticas que elegeram o presidente da República não foram capazes de fazer maioria no Congresso. E obviamente, um componente importante, é o perfil dos judiciários estaduais e federais por conta das responsabilidades compartilhadas nas questões fundiárias, especialmente. Por um lado, movimentos sociais com muita autoridade política, com muita força e com muita organização. E por outro lado, vamos ver a UDR (União Democrática Ruralista), os setores conservadores do Congresso Nacional, aos governos estaduais conservadores, judiciário, enfim, as culturas da sociedade conservadora.

Não estou falando aqui de um empate político, mas de uma vitória do presidente Lula que liberta. Então foi com essas expectativas e essas esperanças que nós entramos, dentro de um marco legal herdado do governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha como base, a repressão ao movimento sem terra.

Durante todo o governo Fernando Henrique Cardoso, a marca é a repressão a todos os movimentos sem terra, toda luta pela terra e tem como marco, no início do seu governo Eldorado dos Carajás e termina com a famosa MP [Medida Provisória 2.183/2001] que exclui do direito à terra cidadãos e cidadãs que eventualmente tenham participado de luta pela terra. Essa famosa MP vai nos acompanhar durante todo o governo. Ela vai ser um símbolo do nosso limite. Nós não tínhamos força política para mudar essa MP e éramos questionados pelo cumprimento dessa MP. Nós entramos no governo com esse marco legal restritivo e uma grande expectativa.

Havia os limitadores políticos que bloqueavam um ambiente mais aberto de Reforma Agrária; os limites normativos, que por conta dos limites políticos, não permitiam avançar, por exemplo, [na atualização] dos índices de produtividade. Isso dificultava muito recuperar áreas improdutivas para desenvolvimento de projetos produtivos. E nós nunca conseguimos criar base política para adequação desses índices completamente defasados. Nós tínhamos restrições orçamentárias enormes que impediam esses avanços; morosidade no Judiciário, que fazia com que os processos de desapropriação ou recuperação de terras públicas, de grilagens no Norte, fossem processos absolutamente morosos, levava-se anos para o processo de obtenção. Havia uma cultura de morosidade, limites financeiros, limites políticos, enormes limites operacionais do Incra. Tudo isso criava uma defasagem entre a capacidade de realizarmos, a partir do que gostaríamos e a expectativa da base social. Sempre há uma expectativa maior dos movimentos do que o governo consegue realizar.



“As forças políticas que elegeram o presidente da República não foram capazes de fazer maioria no Congresso. Nós entramos dentro de um marco legal herdado do governo Fernando Henrique Cardoso que tinha como base a repressão ao movimento sem terra”.

Do que foi pensando, o que foi feito e o que ficou faltando?

Nós avançamos muito. Recolocamos em pauta a Reforma Agrária. Asseguramos o acesso à terra a centenas de milhares de famílias; iniciamos um processo de mudança de padrão de qualidade em todas as regiões; abrimos o debate de um perfil de regionalização da Reforma Agrária; disputamos na sociedade um conceito de Reforma Agrária vinculado a uma ideia de produção de alimentos, qualidade de vida, desenvolvimento regional. Foram grandes marcos que a gente construiu. Paralelo a isso, recolocamos a agenda da agricultura familiar; assumimos a demarcação das áreas quilombolas, que é uma agenda nova no país e, portanto, recolocamos a questão fundiária em todas essas dimensões e associamos a democratização fundiária à qualidade de vida e ao valor que os agricultores familiares e os pequenos têm para o nosso país. Foi um saldo objetivo porque muita gente melhorou de vida, muita gente teve acesso à terra como nunca na história do país, porque recolocamos essa agenda, alguém talvez das necessidades do país, dessa base social. Mas acho que o marco do primeiro período foi repautar, recolocar na agenda política e social a agenda da Reforma Agrária e a agenda dos pobres ou dos pequenos no campo numa perspectiva de desenvolvimento nacional e de inclusão social pelo trabalho.

Ficou faltando velocidade, realização, obras. Nós caminhamos a sessenta por hora e deveríamos ter caminhado de oitenta a cem. Obras, volume, capacidade de operar. Não acho que nós fizemos nada errado. Mas, fizemos alguém do que poderíamos ter feito por

conta de uma estrutura de Estado viciada, com dificuldades, cercada nesse ambiente político. Eu gostaria de ter feito mais. Eu acho que os conceitos que nós construímos, na minha opinião, foram capazes de atualizar uma ideia de Reforma Agrária, seja de retirada do latifúndio improdutivo, seja de recuperação das terras públicas para o povo, especialmente no Norte e no Centro-Oeste. Mas, não conseguimos a agilidade necessária, a velocidade necessária e a qualidade necessária por conta de limites dessa correlação de forças.

“Nós caminhamos a sessenta por hora e deveríamos ter caminhado de oitenta a cem. Fizemos alguém do que poderíamos ter feito por conta de uma estrutura de Estado viciada, com dificuldades, cercada nesse ambiente político. Eu gostaria de ter feito mais”.

Para encerrar, suas últimas considerações.

Acho que a Reforma Agrária é uma pauta atualizada, por várias razões. Ela assegura acesso a trabalho e desenvolvimento em várias regiões do nosso país. Ela continua atualizada, no aspecto de incluir pelo trabalho, de desenvolvimento regional. Por outro lado, ela fala com uma Nação que nós queremos. A Nação que eu quero ela não dialoga com concentração de propriedade, de renda, de cultura, com agressão aos recursos naturais, com agressão ao meio ambiente. Ela fala com descentralização de propriedade, democratização de propriedade, de conhecimento, respeito à natureza. Então, essa Reforma Agrária que deve ser atualizada, tem que dialogar com esses valores. E isso dá atualidade dela no nosso país.

“A Nação que eu quero ela não dialoga com concentração de propriedade, de renda, de cultura, com agressão aos recursos naturais, com agressão ao meio ambiente”.







O ciclo do governo Lula foi encerrado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por Guilherme Cassel, que assume em 2006. Os movimentos reivindicam acesso à terra, mas avançam para temas de qualificação dos assentamentos. O momento é de disputa pela implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), lançado em 2003, o qual defende que o meio rural precisa se tornar, definitivamente, um espaço de paz, produção e justiça social. Pelo Plano, o governo promete realizar “o maior plano de reforma agrária da história do País”, ajustar os índices que definem a improdutividade de terras para desapropriação e aprovar a PEC do Trabalho Escravo.

Nesta entrevista exclusiva, Guilherme Cassel aponta o contexto e o clima para a Reforma Agrária na época e fala sobre a importância da política para o desenvolvimento do País.

Guilherme Cassel

Qual era o modelo de implantação para a Reforma Agrária?

Quando iniciou minha gestão em 2006, a gente estava de alguma forma começando a fechar um ciclo na Reforma Agrária. Porque o Brasil também estava entrando num ciclo diferente. Durante três primeiros anos do ministro Miguel Rossetto era muito importante que a gente colocasse pessoas na terra. Havia uma demanda muito grande por terra, por parte dos acampados. Foi um período, que de Norte a Sul do País, se assentou muita gente que estava acampada. No período anterior ao governo Lula, o governo Fernando Henrique ensaiou uma modalidade de Reforma Agrária que era uma Reforma Agrária de mercado, que era muito via Crédito Fundiário, Banco da Terra. E isso, evidentemente, não deu certo e gerou uma demanda muito grande por terra.

Quando inicia a minha gestão, de alguma forma essa tarefa tinha sido cumprida, senão totalmente, em grande parte. E a demanda que começava a aparecer era a demanda da qualificação dos assentamentos.

“A partir de 2006, tivemos que nos confrontar com dois tipos de necessidade: continuar assentando, porque o País até hoje necessita que se faça assentamentos, e fica mais claro que era necessário ter um modelo de Reforma Agrária vinculado com os diversos biomas.”

A Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, não é igual à Reforma Agrária no Norte ou no Nordeste ou no Centro-Oeste. A gente precisava de modelos de assentamentos diferentes. E era necessário enfrentar também a demanda por estrutura nos assentamentos.

A história do País é que durante muitos anos se jogou as pessoas na terra e elas não tinham crédito, não tinham casa, não tinham infraestrutura produtiva. Começa a aparecer com mais intensidade a demanda dos movimentos: “Olha, agora a gente tem que qualificar a produção”. Então, o começo da minha gestão é muito isso: continuar assentando mas nos preocupar com a infraestrutura dos assentamentos e começar a olhar com mais cuidado as diferenças regionais.

Quais eram as Linhas Gerais desse modelo?

O programa seguia o II PNRA (II Plano Nacional de Reforma Agrária). O Brasil sofreu uma

a produção dos assentamentos passa a ter uma importância econômica também. Essas coisas não existiam antes. Elas começam a aparecer na agenda e o governo tem que responder a elas. E a gente começa a responder por aí.

Qual era o contexto e o clima daquele momento para implementação da Reforma Agrária no país?

Eu assumo no quarto ano do presidente Lula, numa relação com os movimentos sociais de bastante parceria, um ambiente de negociação muito transparente. Com todas as contradições, tínhamos uma relação com os movimento sociais já bastante construída. Esse era o ambiente.



transformação muito grande nesse período. A demanda de Reforma Agrária, por exemplo, tinha muito a ver com o nível de desemprego nas cidades, com o baixo crescimento da economia.

“Você passou a ter um país que voltou a crescer, que voltou a gerar emprego e oportunidades e isso teve repercussão importante também na Reforma Agrária. A gente passou a ter menos acampamentos. Mas as linhas gerais do II PNRA continuavam vivas.”

Aumentou o consumo de alimentos no País. A agricultura familiar e os assentamentos de Reforma Agrária são responsáveis por 70% de tudo o que a gente consome no dia a dia. Então

Os movimentos sociais demandavam e demandavam muito. E o governo, evidentemente, tinha capacidade de entregar apenas parte disso. A capacidade do governo de responder não era na totalidade. Aparecem nesse momento também, acho que faz parte do ambiente, novos atores da Reforma Agrária. Começa a aparecer o tema da terra com os extrativistas, quilombolas, pescadores, moradores de fundo de várzea. Começam a aparecer novos atores que também têm uma relação com a terra e que, de alguma forma, estavam sendo deixados de lado. Durante muito tempo o tema Reforma Agrária era sem terra, os sem terras do Sul e latifundiários. Começa a aparecer um conjunto de novas populações que também tinham demanda por terra e que precisavam ser incorporadas à Reforma Agrária.

Do ponto de vista dos temas rurais, a hegemonia no Congresso era e continua sendo dos ruralistas. Os temas da Reforma Agrária sempre foram temas de muita dificuldade. O melhor exemplo disso é a PEC do Trabalho Escravo, que até hoje não foi votada. E a dificuldade de reajustar índices de produtividade por conta da resistência que isso tem no Congresso, um Congresso que tem uma representação do latifúndio brasileiro, muito pesada.

E esse ambiente de crescimento econômico do Brasil altera a pauta da Reforma Agrária. Porque, primeiro, é óbvio que você tira muita pressão sobre a Reforma Agrária.

“Na medida em que o País está crescendo, que a gente começa a gerar muito emprego, as pessoas têm várias opções. Elas não estão condenadas a isso ou aquilo. Então, isso esvaziou, de alguma forma, os acampamentos de beira de estrada.”

Segundo, como você tem um público que consome mais, que consome mais alimentos, o mercado de alimentos no País ficou aquecido. Então os preços do arroz, do feijão, da batata, da mandioca, da carne, do leite... têm bons preços hoje e as pessoas podem ter mais renda no rural.

Acho que o melhor exemplo disso é que nos dez anos do governo Lula, a renda da agricultura familiar no Brasil cresceu três vezes mais do que a renda geral da população. Isso por conta de política pública. Não só de Reforma Agrária, mas também de agricultura familiar.

Sobre os principais limitantes para a execução da Reforma Agrária, sempre tem limitante orçamentário e tem limitante político mesmo. O Congresso sempre foi controlado pela bancada ruralista, que sempre deixou muito claros seus limites de negociação para essas coisas. Ou seja, sempre foi muito difícil negociar dívida de assentamentos porque quando você negocia dívida de assentamentos, tem que negociar dívida dos grandes.

Sempre foi difícil avançar regras para Reforma Agrária que tornassem a Reforma Agrária mais rápida, mais ágil porque você tinha restrições na bancada ruralista. Esses temas não transitavam no Congresso.

Como a Reforma Agrária está tratando do tema da propriedade particular da terra, da propriedade privada da terra, você tem que mexer em legislação. E esse tema, mexer na legislação da propriedade da terra, está bloqueado no País desde a Constituição de 1988. E continua bloqueado.



Do que foi pensando, o que foi feito?

A minha gestão e a do Miguel Rossetto são de alguma forma de continuidade, elas são um ciclo único, o ciclo do governo Lula. O Lula assentou mais de 550 mil famílias no campo. Acho que isso de alguma forma mudou, alterou o índice de concentração fundiária no País para melhor. A gente deu visibilidade a um conjunto de populações que estavam esquecidas, que eram invisíveis: ribeirinhos, populações indígenas, extrativistas, quilombolas, pescadores. Um conjunto de populações que nunca tinha tido espaço nas políticas públicas. E foi o período que mais se investiu em assentamentos. A qualidade dos assentamentos melhorou, e melhorou muito, as condições de produção dos assentamentos.

E para além disso, efetivamos um conjunto de políticas públicas de crédito, de assistência técnica voltadas para a produção dos assentamentos que não tinha antes da era Lula.

E o que faltou?

Eu acho a agenda da Reforma Agrária ainda precisa ser alterada no cenário nacional. A sociedade brasileira precisa enxergar a Reforma Agrária para além do conflito histórico sem terra versus ruralista, sem terra versus latifundiário.

A concentração fundiária no Brasil hoje é uma das maiores concentrações fundiárias do mundo e é um gargalo para o desenvolvimento econômico do País. O fato de você ter ainda extensões enormes de terra na mão de um ou dois proprietários, é um gargalo para o desenvolvimento econômico do País.

O País precisa avançar no sentido de discutir o limite da propriedade da terra. Porque a economia de mundo no próximo século vai necessitar muito da produção de alimentos. E o Brasil tem a possibilidade de produzir alimentos para todo o mundo. Produzir alimentos não significa pro-

duzir cana e soja somente. Significa produzir leite, aves, suínos, ou seja, um conjunto de alimentos que a população consome no dia a dia que são vinculados à produção da agricultura familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária.

O País parece que tem muita dificuldade de enfrentar o tema Reforma Agrária para além do tema latifúndio versus quem não tem terra. O problema hoje é como discutir desenvolvimento do País juntando urbano e rural. Como você pode, inclusive, desafogar as cidades tendo um rural com melhor qualidade de vida e com mais acesso à terra.

Democratizar o acesso à terra no País significa construir um modelo de desenvolvimento novo no País. Esse é o tema da Reforma Agrária: qual é o modelo de desenvolvimento que a gente quer para o País. Para isso a gente tem que democratizar o acesso à terra. E para democratizar o acesso à terra você tem que limitar a propriedade rural.



Para encerrar, suas últimas considerações.

O Brasil está a frente de uma oportunidade impressionante de construir um novo rural, um novo modelo de desenvolvimento onde a relação entre o urbano e o rural seja mais igual e mais justa. Todos os indicadores econômicos, todos os analistas econômicos dizem que, seja por conta dos problemas climáticos, seja por conta do crescimento populacional ou por conta do aumento de renda dos países em desenvolvimento, nos próximos cinquenta anos vamos ter uma demanda muito grande por produção de alimentos. E a gente vai ter preços muito convidativos.

Se você olhar o planeta hoje, você vai ver que o Brasil é um dos raros lugares onde se pode aumentar a área plantada e a produtividade, sem desmatar, sem comprometer a sustentabilidade. Para isso, tem que ter uma agricultura familiar ainda mais forte no País.

“A gente tem que destravar o tema do acesso à terra. Não é razoável que um país civilizado como o nosso tenha pessoas, indivíduos, que tenham extensões de terra maior que duas ou três cidades juntas.”

Democratizar o acesso à terra, limitar o tamanho da propriedade, significa dar a possibilidade de milhares de pessoas voltarem a produzir no

campo, voltarem a produzir alimento. Isso vai ajudar a balança de pagamento a aumentar a renda. E para isso, tem que ter qualidade de vida no campo. O campo tem que ter condições semelhantes às da cidade para manter, especialmente, a juventude no meio rural. A Reforma Agrária é um tema cada vez mais contemporâneo.

Talvez o tema não seja só a Reforma Agrária, mas a questão agrária brasileira. Como você constrói um rural cada vez mais produtivo com melhor qualidade de vida. Que tenha um equilíbrio melhor com a cidade, tenha um diálogo melhor com o urbano. Temos que superar o fosso que existe entre a qualidade de vida na cidade e a qualidade de vida no rural. Você criar um novo rural com mais gente, mais infraestrutura, com melhor qualidade de vida, te joga para um País completamente diferente.

E há espaço para um novo modelo de agronegócio. Mais cedo ou mais tarde nós vamos ter que nos deparar com isso: o modelo do agronegócio é um modelo devastador. É um modelo que tira gente da terra e que prejudica o meio ambiente. Se a gente não tomar iniciativa, o tempo se encarrega de pautar. Essa discussão é cada vez mais contemporânea. O tema agrário no Brasil é cada vez mais contemporâneo. O tema do acesso à terra, até porque a terra é um bem finito.



A Reforma Agrária Brasileira entre 2003 e 2012



Entrevista com Afonso Florence



Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, o combate à pobreza torna-se o lema e todas políticas do governo federal convergem para o Plano Brasil Sem Miséria. A missão: retirar da pobreza 16 milhões de brasileiros, sendo 7 milhões nas áreas rurais. A Reforma Agrária demora para engatar e até o final da gestão do primeiro ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Dilma, Afonso Florence, nenhuma política prevista no Plano chega efetivamente às famílias assentadas. Ao mesmo tempo, o número de assentados neste primeiro ano é o mais baixo na série histórica do País: 22 mil famílias.

Afonso Florence

Qual era o modelo de implantação para a Reforma Agrária?

A eleição da presidenta Dilma marca o fechamento de um período e o início de um novo. Mas essa transição se dá numa dinâmica de continuidade. O Brasil está crescendo, distribuindo renda, consolidando serviços públicos. Ele tanto distribui renda pelo aumento do salário mínimo, como pelo Bolsa Família. E a presidenta Dilma toma uma decisão estratégica para o País: ter como principal programa social o Brasil Sem Miséria, plano de combate à pobreza.

“Naquele momento nós experimentamos uma inflexão que as condições econômicas, sociais e políticas permitiram: priorizar os mais pobres.”

Isso repercutiu nas políticas da responsabilidade do MDA, seja naquelas tradicionalmente identificadas com a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais como, em particular, com a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária também experimentou uma inflexão. Nós dirigimos o programa para uma sintonia afinada com uma dinâmica de um país que cresce, distribui renda, precisa de alimentos e quer centralmente combater a pobreza no campo e na cidade. No caso da Reforma Agrária, atendendo àquelas famílias na faixa da extrema pobreza que não tinham acesso à terra, em regiões com grande concentração de população nessa faixa de renda.

Quais eram as Linhas Gerais desse modelo?

Nós levantamos o tema de avançar num cadastro oficial de acampados para incluí-los no Bolsa Família, nos serviços públicos regulares e também na Reforma Agrária. O que buscamos, desde os acampados, foi uma mudança no padrão: inseri-los no programa de combate à pobreza. Ou no caso da seleção para assentamentos, áreas e famílias a serem contempladas, e assentados, com ações no âmbito do Brasil Sem Miséria, como o Bolsa Verde e acesso a fomento.

“Já no primeiro ano da presidenta Dilma houve um conjunto de iniciativas de gestão para sintonizar a política de Reforma Agrária ao combate à pobreza.”

Qual era o contexto e o clima daquele momento para implementação da Reforma Agrária no país?

Do ponto de vista econômico, com a crise mundial, houve uma alteração substancial do preço da terra. Como a Reforma Agrária depende da desapropriação, com o aumento do preço da terra, há uma redução de área desapropriada. Do ponto de vista social, há um aumento da legitimidade da política de Reforma Agrária, a partir dessa expressa orientação do governo de assentar

expectativa de maior área desapropriada, como parte de um processo de promoção de justiça fundiária em curto tempo, seja por objeção à ampliação do número de famílias assentadas. As expectativas tanto de uma como de outra posição, pretendiam a continuidade das lógicas de atuação que eles protagonizavam. Seja de um lado os que achavam que a Reforma Agrária deve fundamentalmente patrocinar a justiça fundiária, ou seja, a distribuição de terras. Seja os que achavam que não deve ter nenhuma distribuição de terra, nenhum assentamento e que a lógica de mercado simplesmente deve ser a preponderante.

Mas conseguimos dialogar intensamente com todos os setores, sempre tentando reintegrar a



famílias na faixa da pobreza, em regiões com concentração de pobreza. E que essas famílias tenham o apoio da política de Reforma Agrária para que o desenvolvimento dos assentamentos as coloque como produtores de alimentos para o País, que tenham renda e possam sair da faixa da extrema pobreza. O ambiente era nitidamente favorável do ponto de vista político.

Também há componentes de disputa no tema agrário no Brasil, país herdeiro de uma concentração fundiária e de um histórico onde a propriedade da terra foi sempre uma referência para as classes sociais, para disputas políticas. Essa posição da presidenta foi bem recebida por muitos setores, mas eu, como ministro, recebia manifestações contrárias a essa política, seja por

orientação de governo, que tenho a convicção de que era correta nesse momento, de um país que cresce, distribui renda, demanda alimentos. E que o alimento é importante componente na cesta básica que constitui a cesta de preços. Assentar famílias, tirá-las da faixa de extrema pobreza e colocá-las numa outra condição: isso é uma dinâmica de promoção da justiça fundiária. Tenho convicção de que tem sido exitosa a orientação de governo, seja durante o período em que tive a honra de ter sido o protagonista como ministro, seja no período mais recente com o ministro Pepe e com o presidente do Incra, Carlos Guedes.

Na democracia, o judiciário e, em particular, a grande imprensa são espaços onde as disputas são travadas. Há vitórias e derrotas. A bancada

ruralista, nitidamente, tem uma posição ultra conservadora. Foi assim em relação à PEC do Trabalho Escravo, em relação ao Código Florestal e tem sido assim em relação à Reforma Agrária. No Código Florestal, por exemplo, o debate deles não era ambiental, era agrário. Eles eram contra o pouse you porque acham que essa é uma forma de identificar áreas abandonadas. E, se alterarmos os padrões vigentes de identificação de áreas improdutivas, haverá uma ampliação de áreas passíveis de desapropriação. Essas posições são extremadas. Claro que elas disputam, mas a perspectiva estratégica da Reforma Agrária, como uma política de Estado que promove o combate à pobreza, produz alimentos e a gera renda para os produtores agrícolas é uma outra dinâmica social e política nas regiões onde estão esses assentamentos baseada na paz, na dinâmica econômica, na inserção no mercado consumidor dessas famílias. Essas posições extremadas ficam como manifestação estereotipada de posições que não ganham audiência maior na sociedade. Eu tenho convicção que esta perspectiva estratégica do governo da presidenta Dilma será cada vez mais aceita socialmente e a Reforma Agrária, que vem acontecendo, vai se aprofundar. Claro, que na medida em que atores políticos, sociais e econômicos tenham uma fórmula pronta na cabeça, se essa fórmula não vir à realidade eles sempre acharam que não ocorreu, porque não ocorreu como eles acham que é a única forma existente. Mas a política, a dinâmica histórica, a sociologia na dinâmica social não se constituem na ciência positiva, tal qual se projetou antecipadamente. Não funciona assim. Então claro que é legítima da democracia que cada ator tenha seu juízo da realidade. O fato é que em 2011, executamos todo o orçamento de R\$ 530 milhões e conseguimos uma suplementação. Ao término do ano tínhamos executado R\$ 790 milhões para obtenção de terras.

Na lógica do governo da presidenta Dilma, nas 22 mil famílias (assentadas em 2011) já implantamos esse novo modelo, mas o número de famílias depende do preço da terra. Executamos mais de 100% do orçamento aprovado para 2011 e nós temos feito mais do que o previsto no período anterior. Para nós que queremos fazer a Reforma Agrária, o projeto político é uma verdadeira revolução democrática em curso no Brasil desde a liderança do presidente Lula, da presidenta Dilma. No MDA com a liderança do ministro Rossetto, do ministro Cassel, com a minha

passagem pelo MDA. Agora com a liderança do ministro Pepe, com a trajetória do Incra, em destaque com o encaixe de orientação do Incra, o projeto da presidenta Dilma é o projeto portador da viabilidade histórica, da esperança histórica do projeto político do qual a Reforma Agrária é uma das bases programáticas e constituidoras de uma base econômica e social de agricultores familiares e camponeses. Isso vem ocorrendo



de acordo com a relação de força e dinâmica macroeconômica brasileira e mundial. Os resultados são muitos palpáveis e nós estamos fazendo no âmbito da mais absoluta democracia, com todos os atores, inclusive a imprensa é uma protagonista, em diferentes órgãos. Não há imparcialidade. Com acertos e erros, o balanço é muito positivo.

Balanço. Do que foi pensado o que ficou e o que faltou?

O balanço é positivo. O combate à pobreza como um lema e como um programa foi formulado na transição, nos primeiros meses do governo (Dilma). Nós tínhamos acumulado a experiência de combate à pobreza com o programa de transferência de renda (Bolsa Família) nos oito anos do presidente Lula. A presidenta Dilma adotou como lema de governo, o famoso e histórico “País rico é um país sem pobreza”. E nos foi atribuída, com a coordenação da ministra Tereza Campello (do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), a

elaboração de um programa de combate à pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria.

O Plano não tinha diretrizes, tinha linhas gerais, mas nós tínhamos que nos debruçar, o MDA e o Incra, olhar portarias, leis, resoluções internas, instruções normativas, para acumular a capacidade de trazer um grau de efetividade expressivo àquela linha de combate à pobreza. Obviamente isso é feito “a quente”. No Incra havia uma cultura da Reforma Agrária a ser dinamizada, alterada. Avançamos bastante não só executando os orçamentos, mas identificando o que tinha que mudar, não apenas no plano cultural, mas no cotidiano da tradição do Incra, que tem um histórico. E sempre há a expectativa dos movimentos, dos interlocutores e dos superintendentes regionais (Incra). Foram inúmeras reuniões, onde travávamos um debate “a quente”, muito intenso. O balanço que eu faço de 2011, dos 14 meses e 14 dias que eu tive a experiência de ser ministro do Desenvolvimento Agrário é que fomos no limite do possível. E até ultrapassamos o limite do possível nesse debate interno. Criamos um ambiente propício no governo, inclusive no diálogo com outros ministérios, para que o ministro Pepe e o presidente Guedes possam conseguir uma efetividade maior dessas ações do combate à pobreza e da Reforma Agrária, em sintonia com

essa perspectiva estratégica. Certamente ainda há muito do que ser feito. O debate continuará a ser “a quente”. Os atores que tem opiniões consolidadas e não a inflectiram ainda, então aí, se pronunciando e buscando intervir.

Eu tenho convicção na capacidade de liderança da presidenta Dilma, no ministro Pepe, no presidente Guedes, mas, fundamentalmente, do acerto estratégico dessa opção. O desses 14 meses e 14 dias é positivo, mas obviamente a tarefa não foi concluída, como também não será concluída em quatro anos. Combate à pobreza, acesso à terra, desenvolvimento de assentamentos. Há muitas variáveis. Algumas delas não dependem da governabilidade de gestores: a incidência de variáveis agrícolas, interferências climática, como essa seca histórica que estamos passando no Nordeste. Está mesmo devastando o semiárido e a economia da agricultura familiar e dos assentados. Então, o sucesso das políticas, a efetividade dos programas, não depende da perfeição conceitual, categorial, sistemática, orçamentária. Não é isso somente.

Estamos falando de um País com muita complexidade. Veio o Bolsa Verde, o bolsa estiagem, há um conjunto de providências como o fomento para os agricultores familiares e os recém assentados, aperfeiçoamento do crédito. Nisso nós



amadurecemos bastante nesse período. Como o MDA tem uma tradição política, há uma continuidade nas equipes. Há muita identidade. O atual secretário executivo era secretário de agricultura familiar; o atual presidente do Incra, era secretário-adjunto e tinha sido secretário nacional. Então, nós temos uma continuidade. As inflexões, as mudanças, elas aprendem com a trajetória e aperfeiçoam os instrumentos. Se nós analisarmos a co-relação de força real na sociedade brasileira e o que foi feito de 2003 até outubro de 2012, podemos dizer que muita coisa que era vista como impossível foi feita. Ao compararmos o que eu gostaria de ter feito, muita coisa ainda está por ser feita. É por isso que nós estamos disputando eleições, nós somos candidatos. Mas o balanço, não só de 2011, mas nos oito anos de mandato do presidente Lula, e do primeiro ano e meio da presidenta Dilma é um balanço muito positivo. Estamos fazendo política concreta a partir da realidade concreta. Nós não estamos só anunciando uma nova ordem.

“Estamos fazendo a mudança real na co-relação de forças, na estrutura fundiária e na dinâmica produtiva de assentadas e assentados.”

Para encerrar, suas considerações finais.

O Brasil é um país onde o acesso à terra no campo na cidade ainda é um objetivo do nosso projeto político da revolução democrática. Não é a toa que a maioria das cidades quer ter regularidade fundiária; na maioria das cidades do interior brasileiro, sequer a prefeitura tem uma escritura. Muitas vezes o proprietário privado, a empresa, não tem uma escritura, a posse. O que dirá os pobres.

Nós somos o País que foi constituído com a escravidão, com as Sesmarias, a Lei de Terras de 1850, a primeira propriedade privada das terras, as terras devolutas e os latifundiários e grileiros

agindo. Nós somos os herdeiros da tradição de luta pelo acesso à terra no campo e na cidade. Nossos governos têm feito um esforço sincero de viabilizar o acesso à terra no campo e na cidade. Então, a reforma urbana e agrária são pilares fundamentais do nosso projeto social de transformação social, de constituição de um país generoso, onde as pessoas tenham dignidade, possam ser felizes. O meu balanço dos nossos governos, não apenas político, é com números, com execução orçamentária, famílias assentadas, assentamentos desenvolvidos, a serem emancipados, acesso à habitação, interesse social, lotes urbanizados, casas populares. Meu balanço é muito positivo, só que são séculos de latifúndio e de dominação e nós estamos fazendo a revolução nos marcos da democracia e da legislação vigente, buscando alterar a legislação dentro da co-relação de forças. Conquistamos muitas posições que eram consideradas impossíveis. E continuamos tendo como parte fundamental do nosso programa a Reforma Agrária, fazendo política concreta.

Fazendo uma análise do período histórico, da dinâmica econômica social, esse leito de construção da Reforma Agrária - o combate à pobreza nas regiões rurais, as escolhas diárias adequadas à produção agrícola ou pecuária, de acesso a serviços públicos e à transferência de renda para acampadas e acampados antes mesmo de que tenham acesso à terra - esse leito que estamos construindo na Reforma Agrária do governo da presidenta Dilma, só foi possível depois dos oito anos de desenvolvimento do presidente Lula. Só depois era possível ter um plano como o Brasil Sem Miséria. Aprumamos para o próximo período uma expectativa muito positiva e a Reforma Agrária vai continuar a ser feita e vamos acelerá-la para promover melhoria na vida do nosso povo. Tenho convicção disso.







A qualificação dos assentamentos é o foco da gestão de Pepe Vargas, gaúcho que substituiu Afonso Florence no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desde 14 de março no cargo, Pepe nomeou novo presidente do Incra, Carlos Guedes, mais alinhado à sua gestão e inaugura um novo momento para a Reforma Agrária no País. A ideia é qualificar os assentamentos existentes e não falar mais em meta de assentamentos de famílias. A nova postura desagradou os movimentos, que falam que a Reforma Agrária no governo Dilma está paralisada.

Qual é o modelo de implantação para a Reforma Agrária?

A gente pretende qualificar a implantação dos assentamentos. Tanto buscar o passivo dos assentamentos que não tiveram adequado desenvolvimento produtivo como aqueles sem uma infraestrutura adequada. Para isso, estamos trazendo um conjunto de políticas públicas para dentro da política de Reforma Agrária.

Quando o Lula assumiu em 2003, não havia um conjunto de políticas públicas que hoje existem. Então é compreensível que a gente faça mudanças. O que vamos fazer agora, lá no início do governo Lula ou em boa parte do governo Lula, não tinha como fazer. Hoje nós temos crédito instalação, Bolsa Família, temos um conjunto de programas sociais que são acessíveis para o povo brasileiro que tem necessidade. E não há porque o público da Reforma Agrária também não ter acesso a essas políticas.

Quais são as Linhas Gerais desse modelo?

Por exemplo, nós queremos levar o Minha Casa, Minha Vida para os assentamentos, o Água para Todos. O Luz pra Todos já chegou, mas ainda há algum déficit de luz na região Norte, na região amazônica, até por razões compreensíveis. Esses programas também têm que entrar pra dentro da política de Reforma Agrária. Em vez da moradia ser viabilizada pelo crédito instalação do Incra, vai ser viabilizada pelo Minha Casa, Minha Vida. O Água para Todos fica cargo do Ministério da Integração Nacional.

Nós lançamos agora o Pronacampo, Programa Nacional de Educação no Campo. Progressivamente vamos fazer com que o Pronacampo tenha que entrar dentro da questão de Reforma Agrária. Isso não significa acabar com o Pronera [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária]. É colocar o Pronera dentro do Pronacampo.

Não há razão nenhuma, por exemplo, para uma família que está acampada não entrar no CadÚnico, no cadastro de programas sociais, e se ela preencher os requisitos, já ingressar no Bolsa família, no programa Brasil Carinhoso. Para os acampamentos a gente quer levar isso. E para os assentamentos, o desenvolvimento produtivo, que vai variar de região para região do País. Uma situação importante: não podemos levar o assentamento para um lugar distante de infraestrutura, longe de seus consumidores.

O que muda basicamente é levarmos esses programas para dentro da Reforma Agrária, o Incra entrar para dentro desses programas. O Brasil Sem Miséria, por exemplo. Nós temos que priorizar a intervenção do Incra nas regiões de maior concentração fundiária e maior número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.

Casa, Minha Vida do que fazer no modelo de crédito instalação.

Ao mesmo tempo, no desenvolvimento produtivo dos assentamentos, é procurar ligar esse desenvolvimento aos programas que nós já temos. A Ates (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) tem que ter o objetivo de fazer com que o assentado, o mais rapidamente possível, possa vender excedentes. Ele vai produzir para a subsistência, mas ao mesmo tempo, produzir excedentes pra vender no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e no Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), vender no mercado institucional que nós criamos.

As políticas públicas foram sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo. No Plano Safra desse ano nós aperfeiçoamos o PAA, ampliamos o volume que cada agricultor pode vender para o Pnae, criamos



“Não é o Incra ser uma República dentro da República. É o Incra se alinhar, se emparceirar, com as políticas públicas que a República brasileira está desenvolvendo.”

O senhor acha que tem clima pra isso nesse momento?

Eu creio que sim. Se a gente fosse propor algo nesse sentido há dez anos, talvez houvesse resistências. Vamos pegar o caso da moradia. O crédito instalação do Incra está indexado à taxa Selic. Então, eu dou a moradia dentro do crédito instalação e cobro taxa Selic dele? O Minha Casa, Minha Vida tem 96% de subsídio. São 25 mil reais e 96% é subsidiário. É até mais justo levar Minha

uma nova modalidade no PAA, o Compras Institucionais. A Ates tem que organizar o assentado pra vender. Nós temos um conjunto de políticas que não havia lá atrás. Hoje, precisamos ajustar isso: fazer com que o Incra, paulatinamente, agregue na sua questão essas políticas.

“Na obtenção de terras, nós vamos priorizar as regiões de extrema pobreza e concentração fundiária.”

Isso já dá um recorte de um peso muito forte no nordeste brasileiro. Na região amazônica entram os assentamentos diferenciados que trabalham mais o tema da sustentabilidade. No Sul e no Sudeste, independente de alguma obtenção de terra para assentamento novo, nós podemos fazer uma Refor-

ma Agrária geracional. O que quer dizer isso? Nos lotes vagos nos assentamentos, podemos priorizar uma parcela dos lotes, para filhos de agricultores familiares que precisam ter acesso à terra para garantir a sucessão rural. Priorizar alguns lotes vagos nos assentamentos para a juventude da agricultura familiar, porque senão vão virar sem terra. No que diz respeito aos novos assentamentos é qualificar a infraestrutura e para os assentamentos já existentes, temos que recuperá-los e colocá-los em condições de um pleno desenvolvimento produtivo e qualidade de vida.

Não estamos fazendo um novo modelo. Estamos aperfeiçoando a política de Reforma Agrária em decorrência do sucesso de políticas públicas que o governo Lula começou, e que o governo Dilma continua ou está aperfeiçoando. Em 2000, esse modelo de Cadastro Único, de Bolsa Família, de Busca Ativa não existia. O Minha Casa, Minha Vida é uma coisa do final do segundo governo Lula. Não é que estejamos fazendo diferente, estamos aperfeiçoando. E isso é natural a partir do momento que o governo Lula e o governo Dilma implantaram um conjunto de políticas públicas que vêm dando certo. Se elas estão dando certo por que nós vamos excluir o público da Reforma Agrária e ter políticas distintas pra eles?

Outra parte é infraestrutura de estrada que a gente vai trabalhar junto com as prefeituras, com os governos dos estados e o próprio Incra. Nós já temos o programa PAC Equipamentos que está distribuindo máquinas e equipamentos para as prefeituras para melhoria de estradas vicinais. Isso também vale para a Reforma Agrária. Escoamento da produção significa também ter estradas em vias de acesso adequadas.

Qual é o contexto e o clima para implementação da Reforma Agrária no País?

O cenário de 2002 pra 2003 era de profunda crise social. Um cenário de três décadas de baixíssimo crescimento econômico, recessão, um cenário de desemprego enorme, de aumento, não de redução, da desigualdade social. Portanto um cenário ruim, de inflação alta, dívida pública a 62% do PIB, taxa de juros de 25%. Hoje o cenário é completamente diferente. Nós temos uma taxa de juros de 7,5%, uma dívida pública que está em 34% do PIB, uma inflação sob controle. Nós temos 23 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, 40 milhões de pessoas que atingiram a condição de classe média, o menor índice de desemprego da nossa história, não chega a 6%.

Antigamente um monte de gente não tinha alternativa na cidade e voltava para o rural para tentar uma alternativa em um acampamento. Isso mudou. Aquele cenário lá em 2002/2003 de necessidade de assentamentos de milhares de famílias está superado. Isso não quer dizer que não há famílias acampadas. A política de obtenção de terras vai continuar, mas não como em 2002/2003. Aqueles números de assentamento enormes muito provavelmente não acontecerão mais. Porque o Brasil está num ciclo de inclusão social e muita gente encontrou solução para seu problema de viver, de sobreviver, melhorar de vida, encontrou um emprego.



Por isso agora está na hora da gente cuidar um pouco mais da qualidade do assentamento, do desenvolvimento produtivo do assentamento, da organização econômica dos assentados. É uma questão importantíssima. Nós temos enormes exemplos de assentamentos que têm cooperativas extremamente produtivas. Esse modelo que deu certo, temos que levar pra onde ainda não deu certo.

No ambiente político, o movimento [social] sempre vai achar que o governo está fazendo menos do que deveria. Nem poderia ser diferente. Só faltava o movimento concordar. É papel do movimento social querer tensionar, querer mais. Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que nem tudo está resolvido. Mas eu diria que o ambiente político hoje tem menos tensões do que havia no passado. Há ainda violência no campo, mas os dados de as-

sassinatos cuja motivação era o conflito da terra diminuiu muito. Hoje o clima é mais favorável, as condições do Brasil são mais favoráveis.

Nós temos um problema hoje que é a extrema valorização da terra, decorrente dessa elevação dos preços das commodities agrícolas. Isso é um problema pra nós. De fato, o preço da terra está muito mais caro hoje e encarece também a obtenção. Essa talvez seja uma das limitações que a gente também tem. No ponto de vista político não vejo maiores problemas. O governo quer fazer, a presidenta quer fazer; quer fazer com mais qualidade. Com mais qualidade, não significa renegar o que foi feito no passado. Significa dizer: “perai, estamos num outro momento”. Tentar fazer algumas coisas que no momento anterior não deu pra fazer.

Uma discussão é que nós temos maioria, mas não temos maioria no Congresso Nacional. Dentro do Judiciário o maior problema é o não julgamento daquela Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) sobre os juros compensatórios. Hoje o STJ (Supremo Tribunal de Justiça) entende que cabem juros compensatórios de 12% nas apropriações litigiosas. Houve uma Medida Provisória que foi votada, aprovada e entraram com uma Adin. Até hoje não foi julgado o mérito dessa Adin e continua se aplicando 12% de juros compensatórios.

Isso onera muito o orçamento do Incra. Em relação ao Legislativo, há uma bancada mais conservadora no Congresso Nacional que dificulta avançar em determinadas coisas.

Índice de Produtividade não depende do Congresso Nacional diretamente, depende indiretamente. Agora veja bem, mesmo que a gente mude o Índice de Produtividade, inegavelmente há uma modernização capitalista louca.

“Muda-se o Índice de Produtividade, mas o índice por si não resolve todos os problemas, não resolve a oferta de terras.”

Essa modernização capitalista no campo deu produtividade para muita área que era improdutiva, até porque a terra está muito cara. Mas ainda assim, tem área improdutiva que dá pra gente desapropriar.

O senhor já consegue fazer um balanço da sua gestão? Dá para fazer uma projeção do que o senhor pretende que aconteça na Reforma Agrária no período de sua gestão?

É muito cedo ainda, mas eu acho que o central é esta concepção de discutir dentro do governo e o governo concordar com essa ideia de que as po-



líticas públicas que a República está executando têm que ser políticas públicas que vão pra dentro da Reforma Agrária.

No médio prazo há condições de reduzir muito o número de famílias acampadas e melhorar muito a infraestrutura dos assentamentos.

Para encerrar, suas últimas considerações.

Tem uma parcela da militância que luta pela Reforma Agrária que até hoje não compreendeu que não tivemos uma revolução social no Brasil.

“Nós vencemos três pleitos eleitorais e não houve uma revolução social nesses três pleitos graças ao sistema político eleitoral brasileiro.”

Há um descompasso entre a população que vota para presidente. O percentual de votos elege aquele programa, mas o sistema político eleitoral leva para que se eleja um Congresso Nacional onde a maioria dos deputados não é do partido ou sequer das forças mais aglutinadas em torno do projeto político ideológico que o Partido dos Trabalhadores representa. Nossa derrota na Reforma Política trata disso. Tem gente que diz que o governo não tentou fazer a Reforma Política. Mas nós tentamos fazer a Reforma Política e perdemos no voto em 2007. Tentamos novamente em 2009 e sequer conseguimos colocar a votação. Tentamos novamente em 2011, sequer o relatório de Henrique Fontana [líder do governo no Congresso], foi votado na condição especial. Uma maioria conservadora não quer Reforma Política. Esse sistema eleitoral do voto nominal, não o voto em lista, e o financiamento privado elegem

um Congresso Nacional em descompasso com o programa do presidente eleito. Isso é o principal limitador hoje. E tem uma parcela do pessoal que parece não compreender isso. Primeiro bota a uma culpa em nós, que não temos. A gente tentou a Reforma Política e não conseguiu e esta composição do Congresso nos dificulta pra conseguir avançar mais. Isso exige do governo a construção de uma governabilidade extremamente complexa. Nos exige um sistema de alianças extremamente complexas, que põe pra dentro do governo setores que não defendem nosso projeto estratégico. Apesar dessas contradições, dificuldades e limitações, nós estamos num processo onde temos conseguido ampliar espaços democráticos, promover inclusão, distribuição de renda e conquistas para a classe trabalhadora brasileira.

Vamos comparar com outras situações: o que aconteceu com o Lugo, que não tinha a maioria no Congresso Nacional e não teve capacidade de construir um sistema de alianças como a gente tem conseguido. Não vamos esquecer que, em 2005, se pudessem ter dado um impeachment no Lula, tinham dado. Acho que esse é um debate mais geral e nós precisamos fazer esse debate. Como neste contexto conseguimos fazer avançar as lutas sociais. Acho que esta é uma questão importante.

A sacralização do direito à propriedade continua na Constituição. Mas olha o que é a ginástica pra eleger membros do Supremo Tribunal Federal, pra botar os melhores juristas de esquerda como membros do Tribunal Federal.

Eu diria que esse é o nosso principal problema: saber como conseguir avançar. Nós precisamos desesperadamente da Reforma Política.





Produzido e elaborado pelos jornalistas

Manoela Frade e Carlos Guimarães

Projeto Gráfico e Diagramação

Estampido Design / Latitude 15°

Impressão

Bureau Digital

Fotos

Divulgação MDA

Ilustração

Thiago Alencastro